

II. DELIBERAÇÕES

➤ CÂMARA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 18/2022

XIII MANDATO

ATA N.º 18/2022

Reunião ordinária pública de 27 de junho de 2022

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e **Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), substituído por **Ricardo Miguel Antunes Cunha Rodrigues Sousa** (PS). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição da Liliana Cristina Siva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o resumo de tesouraria, referente ao dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 17 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leituras das atas, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----





2. **RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA TUB – EMPRESA MUNICIPAL, DO 4º TRIMESTRE DE 2021 E 1º TRIMESTRE DE 2022:** Presente a seguinte proposta: “São presentes para conhecimento do Executivo Municipal os Relatórios Orçamentais da Empresa Municipal – TUB, que se anexam: a) Relatório de execução orçamental – 4º trimestre de 2021; b) Relatório de execução orçamental – 1º trimestre de 2022.” **TOMADO CONHECIMENTO POR UNANIMIDADE.** -----

3. **PROPOSTA DE REVISÃO ÀS NORMAS APROVADAS EM REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL DE 18/10/2021 RELATIVAS AO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL:** Presente a seguinte proposta: “Do **Departamento de Apoio ao Cidadão e aos Órgãos Autárquicos**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta, nos termos do art.º 40º e seguintes do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, relativa à revisão das normas do funcionamento das reuniões ordinárias do executivo municipal, proposta essa que se anexa.” Pelas **Vereadoras, da CDU Bárbara Barros e do PS Sílvia Sousa**, foi reforçada a alteração pretendida, quanto às normas de funcionamento das reuniões do Executivo Municipal, da obrigatoriedade de pré-inscrição apenas para quem pretender intervir e não para assistir. A **Vereadora, da CDU Bárbara Barros** sugeriu ainda que, fosse alargada a data de entrega da declaração de voto até ao dia seguinte da reunião e que a comunicação fosse enviada com a antecedência de quatro e não dois dias úteis, para melhor preparação das reuniões. O Presidente da Câmara refere que, será corrigido os dois pontos das normas, ou seja, a “remissão da obrigatoriedade de inscrição para assistir, basta apresentar-se no dia e a entrega da declaração de voto para o dia útil seguinte da reunião”. A versão submetida a votação terá a correção dessas duas cláusulas”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES CUNHA RODRIGUES SOUSA.** -----

4. **PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES – UNIDADE DE EXECUÇÃO Nº 6 (UE6):** Presente a seguinte proposta: “Do **Vereador João Rodrigues**, submete-se à apreciação do Executivo Municipal, para aprovação da proposta de definição dos termos em que deverá ser executada a primeira unidade de execução do Plano de Urbanização das Sete Fontes (PUSF): a Unidade de



Execução nº 6 (UE6). O **Vereador Artur Feio** refere que “é um assunto de análise muito complexa” e carecia de uma reunião prévia que se explicasse o que estão a aprovar. Considerando que “há um aumento significativo do valor de aquisição dos terrenos, pelo inicialmente falado dos 10 euros por metro quadrado para 34; 32 euros”. O que vai acontecer é a promoção da construção naquele espaço, o que vamos lá ter em vez de um ecoparque é construção”, que “verificamos com a aprovação desta unidade executiva é que há uma priorização da construção do parque e não o parque em si”. A **Vereadora Bárbara Barros**, lembrou uma “reivindicação da cidade de há muitos anos e estamos agora finalmente a dar passos muito significativos”. Solicitou ainda, “esclarecer que aquilo que avançava nesta unidade de execução era já de acordo com o projecto de arquitectura paisagística na estratégia”, pois “queremos garantir que ao começar a executar se disponibilize espaço verde e cultural para os cidadãos, a cidade precisa deste parque”. O **Presidente Ricardo Rio** garantiu que não “há nenhuma alteração aos pressupostos apresentados na reunião com a equipa de trabalho”, lembrando os 30 hectares de área verde e 30 hectares de área florestal do projecto e que “cada unidade de execução tem uma capacidade diferente de construção”. O **Vereador João Rodrigues** explicou que 85 por cento “são espaços verdes” e, nesta unidade de execução, “estão aprovados quatro hectares de espaços verdes”, que ficarão “disponíveis de imediato”, sendo que a estratégia “foi começar pelo início do parque, que são as suas entradas”. Deixou ainda a garantia de que, na próxima unidade de execução, será promovida uma reunião antes “para que não haja dúvidas do que estamos a aprovar”. O **Vereador Altino Bessa** explica que na entrada pelo Retail Center houve um melhoramento do acesso pedonal para quem “visita o espaço” e sem impacto no “que se vai fazer”. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS E COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES CUNHA RODRIGUES SOUSA. -----

5. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIDADE:
Presente a seguinte proposta: “Da DMGT – Gabinete de Arquivo, conforme o estipulado no artigo 33º, nº 1, alínea ss), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propondo a atribuição da seguinte designação toponímica – Na União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade:” - **Travessa Nova da Estação**

(artéria implantada Quinta das Hortas), com início na Rua Nova da Estação e fim Sem saída.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

6. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS - FREGUESIA DE GUALTAR: Presente a seguinte proposta:

"Da DMGT – Gabinete de Arquivo, conforme o estipulado no Título II, capítulo I, secção I, artigo B-2/7º do Código Regulamentar do Município de Braga, propondo a atribuição da seguinte designação toponímica – Na Freguesia de Gualtar:" - **Travessa das Veigas** (artéria implantada no Lugar das Veigas), com início na Rua das Veigas e fim Sem saída.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA UNANIMIDADE. -----

7. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEASSISTÊNCIA A IDOSOS DO CONCELHO DE BRAGA: Presente a seguinte proposta:

"Da **Vereadora Carla Sepúlveda**, com a área da responsabilidade da Coesão Social e Solidariedade, submetendo à apreciação do Executivo Municipal, nos termos do previsto nas alíneas g) e h) do art.º 23 e da alínea u) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo, de acordo com a minuta que se anexa."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

8. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E.M. - CONTRATO DE COMODATO | PROJETO ROOF – ENDING HOMELESSNESS: Presente a seguinte proposta:

"Da **Vereadora Carla Sepúlveda**, com a área da responsabilidade da Coesão Social e Solidariedade, submetendo à apreciação do Executivo Municipal, nos termos do previsto nas alíneas h) e i) do nº 2 do art.º 23 e da alínea u) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo, de acordo com a minuta que se anexa."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---

9. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NO LUGAR DE VILAR – FREGUESIA DE TADIM: Presente a seguinte proposta:

"Do **Departamento Financeiro**, submete-se para ratificação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a **área de 73,60 m²**, sita no Lugar de Vilar, Freguesia de Tadim, Braga, melhor identificada na planta anexa, para posterior alienação a

nos termos do disposto no art.º 25º., nº. 1, alínea q) da citada Lei nº. 75/2013, ao preceituar que é da competência da Assembleia municipal, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização, deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, e nº art.º. 33º, alínea ccc) da mesma Lei. Tem proposta que aponta no



sentido de que a prossecução é de interesse público.” **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES CUNHA RODRIGUES SOUSA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

10. CPE11.17. DMOSM - REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL - RELATO DA AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS – ARQUIVAMENTO DO PROCESSO: Presente a seguinte proposta: “Da **DMOSM**, submetendo para conhecimento do Executivo Municipal, a empreitada de “Reabilitação e Ampliação do Mercado Municipal” - relato da auditoria do Tribunal de Contas – arquivamento do processo, que aqui se dá como reproduzida e transcrita.” **TOMADO CONHECIMENTO.** -----

11. EMPREITADA DE ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, NA ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA - S. VITOR, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE - S. VICENTE - LOTE 3 (MAKRO) - RESPOSTA À APRESENTAÇÃO DA MANUTENÇÃO DA RECLAMAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES — RESÍDUOS SÓLIDOS: Presente a seguinte proposta: “Da **DMOSM**, submetendo à aprovação do Executivo Municipal, o indeferimento da reclamação dos erros e omissões referentes à empreitada em assunto, no valor de 25.103,72€ + IVA, nos termos da documentação anexa, que aqui se dá como reproduzida e transcrita”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES CUNHA RODRIGUES SOUSA.** -----

12. ADITAMENTO AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS: Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do



Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no art.º 25º, alínea k e do art.º 33º, nº 1, alínea m) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:” **a) União das Freguesias de Arentim e Cunha** para execução da obra denominada “Requalificação do Caminho da Vinha – Cunha”, no valor de **10.858,18€** (outorgado eu reunião do Executivo Municipal de 31/05/2021 e Assembleia Municipal de 25/06/2021); **b) União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para execução da obra denominada “Requalificação Rua do Calvário - Morreira”, no valor de **4.674,00€** (outorgado eu reunião do Executivo Municipal de 30/05/20022). **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

13. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS: Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, às seguintes freguesias:” **a) Freguesias de Mire de Tibães**, para a “Obra de Intervenção – Cemitério de Mire de Tibães – (Reforço de verba)”, no valor de **1.384,20€**; **b) Pelo Vereador Altino Bessa** Concretização da execução do percurso, “Trilho do Castro das Caldas”, orçamentado em **22.531,00€**, na atribuição de apoio financeiro em 50% do valor total estimado, às **juntas/uniões de freguesia** a que corresponde o respetivo percurso: **Freguesia de Sequeira** no valor de **2.560,50€** (dois mil quinhentos e sessenta euros e cinquenta cêntimos de euro), **aos quais acrescem IVA**; **Freguesia de Tadim** no valor de **5.900,50€** (cinco mil novecentos euros e cinquenta cêntimos de euros), **aos quais acrescem IVA**; **União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)** no valor de **1.477,50€** (mil quatrocentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos de euro), **aos quais acrescem VA** e à **União de Freguesias de Vilaça e Fradelos** no valor de **1.327,00€** (mil trezentos e vinte sete euros), **aos quais acrescem IVA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

14. APOIO FINANCEIRO AO RANCHO FOLCLÓRICO S. JOÃO BAPTISTA DE NOGUEIRA: Presente a seguinte proposta: “Da **Divisão da Cultura**, submete-se proposta de apoio financeiro ao Rancho Folclórico S. João Baptista de Nogueira, para a realização do XXII Festival de Folclore – “Encosta da Falperra”, no valor de **2.500,00€**, alínea u) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nos termos elencados na minuta que se anexa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



15. APOIO FINANCEIRO À RODELLUS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL: Presente a seguinte proposta: “Da **Divisão da Cultura**, submete-se proposta de apoio financeiro a Rodellus – Associação Cultural, para a realização da 7ª edição do festival Rodellus, no valor de **20.000,00€**, alínea u) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, nos termos elencados na minuta que se anexa.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

16. APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E DE INTERVENÇÃO SOCIAL: Presente a seguinte proposta: “Do **Departamento de Educação**, submete-se proposta de apoio financeiro ao Projeto MUSA - Associação Artística e de Intervenção Social, no valor de **2.100,00€**, para aquisição de 500 livros “A Melodia de Mara”, nos termos da alínea u) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que se anexa. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

17. APOIOS FINANCEIROS - CONTRATOS PROGRAMA: Presente a seguinte proposta: “Da Vice-presidente Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contrato-programa de desenvolvimento desportivo: **a) Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Braga e Associação de Ténis do Porto**, no valor de **5.529,25€**; **b) Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e Associação Desportiva de Escaladores de Braga** no valor de **963,00€**; **c) Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e o Clube de Ténis de Braga** no valor de **13.000,00€**; **d) Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e o Grupo Desportivo André Soares** no valor de **3.000,00€**; **e) Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e Smiling Dragon Associação Karaté** no valor de **435,00€**. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

18. ADITAMENTO AO CONTRATOS PROGRAMA – ARSENAL CLUBE DA DEVESA – EXPLORAÇÃO DO BAR: Presente a seguinte proposta: “Da Vice-presidente Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de apoio não financeiro, podendo corresponder ao valor máximo de 600€, através da cedência do Bar da Piscina Municipal das Parretas, conforme minuta de aditamento ao contrato que se anexa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE COM ESCUSA NA VOTAÇÃO DO VEREADOR ARTUR FEIO.** -----

19. CONTRATO DE COMODATO DE BEM IMÓVEL DESIGNADO EDIFÍCIO ESCOLAR, FREGUESIA DE S. VICTOR: Presente a seguinte proposta: “Da Vice-presidente Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação do contrato de comodato entre o Município de Braga e os **Grupo Desportivo “Os Alegrienses”**, atribuindo a gestão e





manutenção do edifício escolar e rés do chão com logradouro – Norte: prédio urbano com o nº 45 da rua Quinta da Armada; sul e nascente; logradouro da EB1/Jardim de Infância e poente: rua Quinta da Armada, 4710- 340, da freguesia de S. Victor, conforme a minuta de contrato que se anexa.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

20. NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS DE FÉRIAS “PAUSA NAS FÉRIAS” E “FÉRIAS EM GRANDE”: Presente a seguinte proposta: “Da **Vice-presidente Sameiro Araújo**, submete-se para aprovação e ratificação do Executivo Municipal, a proposta das normas de participação dos programas de férias “**Pausa nas Férias**” e “**Férias em Grande**”, de acordo com o artigo 23º e 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, cujos programas se anexam.” O **Vereador Ricardo Sousa**, apresentou a seguinte declaração de voto que aqui se dá como reproduzida e transcrita. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS E COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES CUNHA RODRIGUES SOUSA.** -----

21. PROPOSTA DO PS - SERVIÇO DE REFEIÇÕES ESCOLARES JI E ESCOLAS 1º CICLO DELEGADAS: Presente a seguinte proposta: “Do **Partido Socialista**, submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta quanto ao Serviço de Refeições Escolares nos Jardins de Infância e Escolas do 1º ciclo, delegadas, que se anexa.” O **Vereador Artur Feio** justificou a proposta apresentada de aumento dos preços das refeições escolares face “à preocupação das nossas freguesias”, “no processo de negociação dos preços para as refeições, perceberam que têm uma dificuldade grande, porque as empresas que prestam este serviço já falaram no aumento de preços e quisemos antecipar um problema.” O **Presidente da Câmara** refere que esta proposta teria “um custo de um milhão de euros”. Esta proposta era um “aumento de financiamento aos parceiros que administram o serviço”, “os pais não iriam pagar nem menos um cêntimo do que pagam hoje” pelo serviço de refeições. Tendo consciência de tudo o que está na base da proposta, de que há um agravamento de custos que os parceiros estão a suportar encargos adicionais, “nós próprios também os estamos a suportar” para “reforçar o valor das comparticipações, que já não são actualizadas desde

2009 e que são valores absolutamente irrisórios, seria completamente injustificado que viessemos a assumir este financiamento”, pois o município não pode “alargar aquilo que já é hoje uma comparticipação substancial do fornecimento de refeições”, esta proposta “não se ajusta ao presente momento.” **DELIBERADO REJEITAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

22. VOTO DE LOUVOR - ESCOLA ANDRÉ SOARES: Presente a seguinte proposta: “Da Vereadora Carla Sepúlveda, submete-se à consideração do Executivo Municipal, a atribuição de voto de louvor à Escola André Soares pelo seu 50º aniversário de colaboração, proximidade, memória, ensino, formação e entrega a causa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

23. VOTO DE LOUVOR - AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PROMOTORAS DE ERASMUS+: Presente a seguinte proposta: “Da Vereadora Carla Sepúlveda, submete-se à consideração do Executivo Municipal, a atribuição de voto de louvor aos Agrupamentos de escolas promotoras de Erasmus+, que promovem a partilha de experiências entre atores de municípios e escolas de territórios diferentes, permitindo a aquisição de novas aprendizagens, saberes e competências.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

24. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

Foram propostos pelo Presidente da Câmara os seguintes votos de louvor: -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA GUILHERME GONÇALVES**, que se sagrou Vice-Campeão Europeu de Karaté em Kumite Júnior durante o Campeonato da Europa de Juniores e cadetes. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR À ATLETA MARA RODRIGUES**, que se sagrou Campeã Nacional na prova de 300m barreiras no Campeonato Nacional de Sub-18. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA JOSÉ ABÍLIO GONÇALVES**, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto e Campeão Nacional Masculino (BC3) no Nacional Absoluto de Boccia. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA DO DOMINGOS VIEIRA**, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto e Vice-Campeão Nacional Masculino (BC4) no Nacional Absoluto de Boccia. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA IVO OLIVEIRA**, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto e Campeão Nacional Masculino no (BC5) Nacional Absoluto de Boccia. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR À EQUIPA DO SPORTING CLUBE DE BRAGA**, composta pelos atletas **LUÍS GONÇALVES, JOÃO P. FERREIRA, JOÃO ALVES LOPES e JOSÉ TAVARES**, que se sagrou Campeã Nacional de 4x400m. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR À ATLETA MARIANA MACHADO** que se sagrou Campeão Nacional na prova de 500m. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

---- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, e na sequência do solicitado, informou o executivo que já se encontrava agendada a reunião com a equipa da CEC, cuja não foi divulgada pois as reuniões foram sucedendo em “catadupa” mas “foram feitas uma primeira nota com as primeiras aprovações da Bragahabit – relativamente ao Bairro das Andorinhas. Neste momento temos 10 candidaturas aprovadas que correspondem a 119 fogos, 27 blocos, e um valor total de 6 milhões e 127 mil euros de comparticipação do 1º direto. Obras que vão agora a concurso e serão votadas”. -----

---- Pelo **Vereador Ricardo Sousa** foi transmitido as preocupações da CPCJ, quanto à falta de substituição da “administrativa que vai de férias” e o controlo do ponto, ou seja, “os colaboradores têm de se ausentar de reuniões” e deslocar à Polícia Municipal para picar. A **Vereadora Olga Pereira** explica que “a lei determina que tem de haver um período mínimo para almoçar, mas não determina o horário que tem para almoçar e têm de se deslocar à Polícia Municipal pois é onde está o sistema mais próximo”. Quanto à situação da administrativa tanto o **Presidente da Câmara** como a **Vereadora Carla Sepúlveda** afirmam não ter conhecimento do pedido, comprometendo-se a vereadora Carla Sepúlveda de averiguar a situação. -----

---- O **Vereador Artur Feio** apela à rotunda do Média Market, como sendo “uma verdadeira selva, selva por causa das ervas, tem muita terra e cheia de pedras” sendo difícil fazer a manutenção desse espaço. A obra é dada como acabada, mas o que “é certo é que o que lá está são resíduos de construção”, solicitando o cuidado do Município para esta questão. -----

---- A **Vereadora Bárbara Seco** lembrou a recomendação apresentada na última reunião com vista à criação de soluções para um programa inclusivo de ocupação dos tempos livres nos períodos de férias



e pausas lectivas para as crianças deficientes e de necessidades educativas. “Há um conjunto de associações que surgiram com vagas depois de uma reunião entre a câmara e a Segurança Social, a câmara vai comparticipar os custos do programa Marés, para que haja técnicos, mas, neste momento, há dificuldades de articulação e comunicação de instituições que já aceitaram inscrições dos pais”, alertando assim, para estas dificuldades que tem de ser esclarecidas e “era importante garantir que no dia 1 de julho estas crianças já tivessem resposta”. A **Vereadora Carla Sepúlveda** lembrou que “a câmara já tinha criado um grupo de trabalho em articulação com o Instituto da Segurança Social para dar uma resposta célere a esta problemática, tendo em conta o aproximar do final do ano lectivo”. De forma a dar resposta já neste verão informou ainda, e “com o objetivo de se apurar o número de vagas e as condições logísticas e humanas existentes para assim dar uma resposta efetiva”, reuniram com os pais e com 11 das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que garantem uma resposta de centro de atividades de tempos livres e com perfil para acolher crianças com necessidades específicas. Divulgou também que a questão da falta de recursos humanos com formação específica na área será colmatada com recurso a uma bolsa do Instituto do Emprego e Formação Profissional. -----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

---- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada abertura à intervenção do público de acordo com a inscrição prévia. -----

---- As cidadãs **Rosa Oliveira, Marília Costa, Helena Pereira e Cristina Abreu**, mães com filhos portadores de deficiência e necessidades educativas especiais e em representação de diversos encarregados de educação, apelaram ao Executivo Municipal no sentido de arranjar medidas para a falta de resposta nas pausas e interrupções letivas de “hoje e futuramente”. Estas mães agradeceram a resposta célere do Executivo Municipal mas lembram que “esta luta não é de hoje mas sim de há muitos anos” e indicaram preocupações como, “instituições que não estão a proceder de acordo com as indicações dadas pelo Município, alegando que o pretendido não é perceptível e não têm recursos humanos nem formação específica para as especificidades destas crianças”; as “vagas indicadas pelas instituições não correspondem à realidade, ou seja, só existirão se ocorrerem desistências”; “falta de capacidade para apoiar as crianças com idades inferiores a seis e superiores a dez anos” e “necessidade de transporte adaptado.” Questionaram ainda, se “os candidatos do programa Marés têm formação para apoiar estas crianças”, porque o “Município não gere os atuais recursos humanos das escolas de forma a dar continuidade do seu apoio nas interrupções letivas”; porque a “associação Synergia não consta na lista de apoio a estas crianças”. O **Presidente da Câmara** dá nota que a associação “Synergia não consta nas respostas porque demos privilégio àquelas que são reconhecidas



pela Segurança Social” e só se as disponibilizadas em parceria com a Segurança Social não fossem suficientes é que se recorria à articulação com outras soluções. Outra nota, que já foi referida na última reunião, esta é uma questão estrutural, e “em momento algum foi dito, por nenhum dos elementos responsáveis do executivo que este é um problema que surgiu neste verão”, estas respostas deveriam ser dadas pelo Estado Central e “já no passado alocámos mais recursos do que aqueles que constavam do nosso rácio de financiamento do Ministério da Educação, precisamente para apoiar este tipo de respostas”. **Pela Vereadora Carla Sepúlveda**, informa que a resposta das crianças com idade inferior a seis anos nos jardins de infância é até final de julho. O Município de Braga vai conceber um programa de ocupação de tempos livres já a partir destas férias lectivas até meados de setembro, dando assim resposta às famílias com crianças com deficiência e necessidades educativas especiais. Disponibilizando-se ainda, no final da reunião de câmara continuar reunida com os pais para fazer o levantamento das necessidades das crianças em causa e ainda para analisar a oferta que as instituições possibilitam. -----

---- O cidadão **Miguel Lopes**, no seguimento da reunião do Executivo Municipal de 07 de março, insiste, mais uma vez, através da apresentação de um dossier onde refere que “sejam adotadas medidas ajustadas ao Monte do Picoto e que sejam abandonadas medidas isoladas, desajustadas ao clima e ao espaço, caras e que, como é do conhecimento de todos, não têm resultado”. Dossier esse que fica a fazer parte da minuta. O Vereador Altino Bessa registou a entrega do referido dossier. -----

---- O cidadão **Guilherme Gomes Gonçalves**, na qualidade de excombatente agradeceu todo o apoio prestado aos excombatentes e a “oportunidade de estar no dia 10 de junho e que dignificou Braga”. Chamou atenção para a Avenida Trezeste, que parece uma “gincana de ralis”, pois devido a um loteamento em construção a estrada encontra-se cheia de valas há mais de sete meses. O **Presidente da Câmara**, refere que o loteador é o responsável por fazer as infraestruturas e tem conhecimento de ter sido feito recentemente uma “nova vistoria e vão ser tomadas as medidas administrativas possíveis”. -----

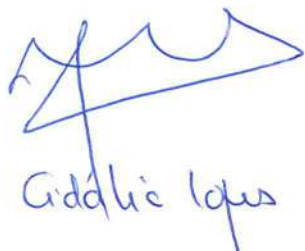
----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 11h50m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália





Alice Lopes, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----



Alice Lopes



Declaração de voto

Considerando que:

- Os Campos de Férias constituem um conjunto de "...*iniciativas destinadas exclusivamente a grupos de crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, independentemente da sua capacidade física ou cognitiva, cuja finalidade compreenda a realização, durante um período de tempo determinado, de um programa organizado de carácter educativo, cultural, desportivo ou meramente recreativo...*" conforme a alínea (a) do art. 2º do DL-304/2003, de 9 de Dezembro;
- O Concelho de Braga tem, neste momento, escassas alternativas para a ocupação dos tempos livres das crianças e jovens em geral e, com especial destaque, para as crianças com necessidades especiais;
- Existem, neste momento, mais de 700 crianças sem resposta num modelo inclusivo municipal, sendo 566 crianças sinalizadas com necessidades seletivas e 178 com necessidades adicionais;
- O programa/regulamento actual do Município de Braga é discriminatório, exclusivo e sem igualdade de oportunidades para TODAS as crianças e jovens, nomeadamente na idade (só a partir dos 10 anos) e capacidades individuais (0 vagas para crianças com NEE);
- O presente regulamento não prevê a contratação de técnicos especializados para o acompanhamento de crianças com necessidades especiais;

o Partido Socialista vota contra este regulamento e apresentará um Projeto de Animação de Pausas Pedagógicas para todas as crianças do concelho com resposta a estas necessidades.

Braga, 04 de dezembro de 2020

Os vereadores do Partido Socialista,